

série acadêmica

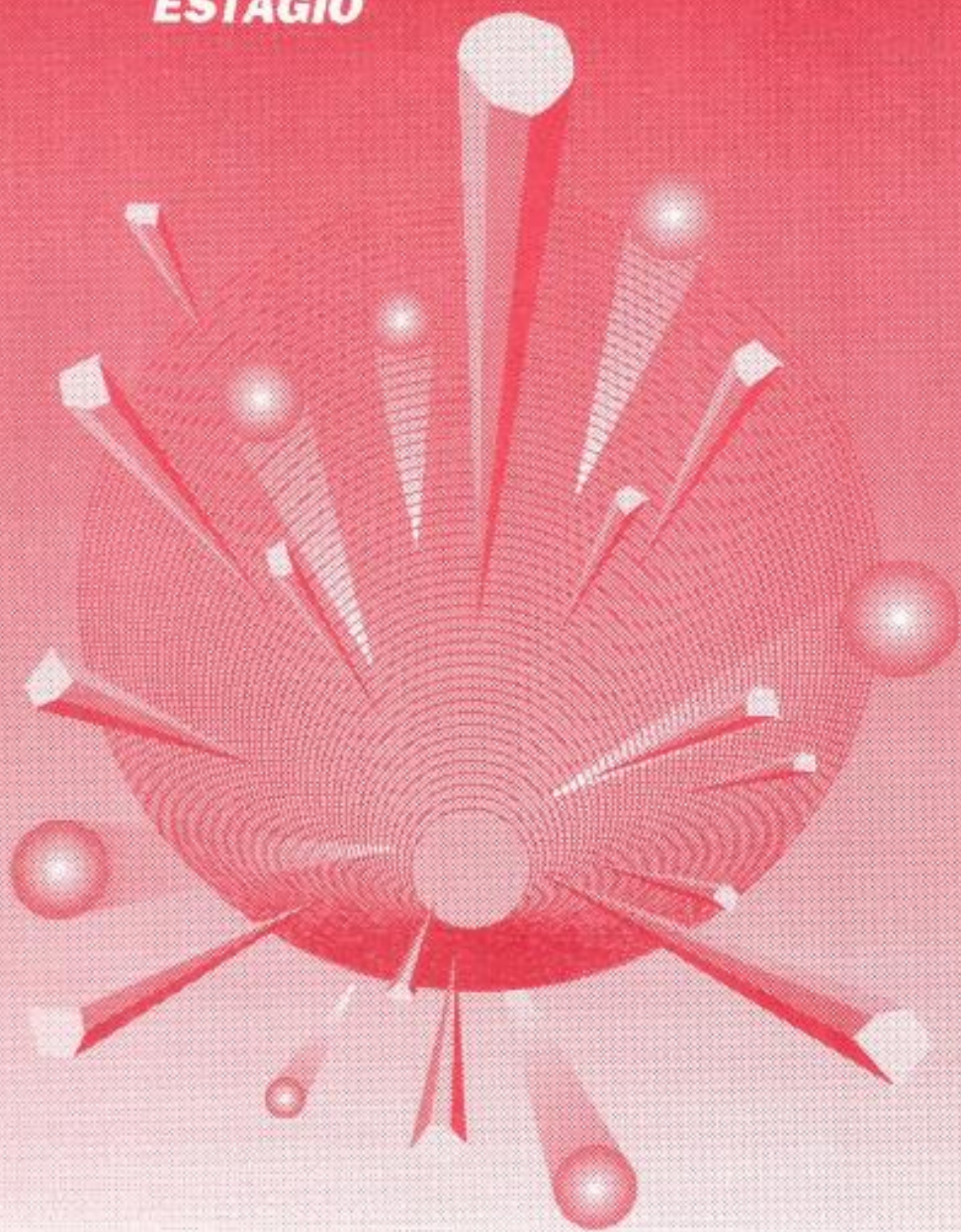


PUC
CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

ESPECIAL
ESTÁGIO

Nº 11



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

É exercida pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução, cujo Presidente é o Sr. Dom Gilberto Pereira Lopes, Arcebispo Metropolitano de Campinas e Grão-Chanceler.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

É exercida pela Reitoria, Conselho Universitário e pela Assembléia Universitária.

ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL

É exercida pela Direção de cada Unidade Universitária.

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Carlos de Aquino Pereira

COORDENADORA GERAL DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Elisabete M. M. de Pádua

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	01
1. ESTÁGIO NO CONTEXTO CURRICULAR	05
Professor Dr. Marcos T. Masetto	
2. DIRETRIZES GERAIS: UMA PROPOSTA PARA O DE- SENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO NA UNIVERSIDADE.....	20

APRESENTAÇÃO

Temos a satisfação de encerrar o ano de 1998 com a publicação deste número da Série Acadêmica, relatando o processo de trabalho que resultou na proposta de Diretrizes Gerais de Estágio para a Universidade.

No contexto da discussão sobre currículo e junto às discussões sobre Monitoria e Trabalho de Conclusão de Curso, a reflexão sobre as atividades de estágio ganha relevância na medida em que pode contribuir para a intervenção na essência do modelo curricular vigente, que dicotomiza teoria e prática.

A palestra do Professor Dr. Marcos T. Masetto, também registrada neste número, foi um importante subsídio para nossos estudos e referência importante para construção da proposta.

Como qualquer trabalho dessa natureza, este também está sujeito à crítica e alterações que se darão à medida do aprofundamento do assunto, a partir das transformações da prática.

No entanto, acreditamos que essa pequena contribuição possa ser útil e que a PUC-Campinas possa estar investindo cada vez mais nas discussões de caráter acadêmico-pedagógico, condição básica para o aprimoramento do ensino.

Profa. Dra. Elisabete Matallo Marchesini de Pádua

ESTÁGIO NO CONTEXTO CURRICULAR

*Prof. Dr. Marcos T. Masetto
Professor da PUC-SP e da USP;
manteve-se na transcrição o tom
coloquial da palestra)*

“Quero inicialmente agradecer essas palavras que o Prof. Carlos de Aquino Pereira, Vice-Reitor Acadêmico da PUC-Campinas, dirigiu a mim neste início do nosso contato de hoje. Quero dizer que, para mim, é sempre uma satisfação muito grande poder estar aqui, dialogando e conversando com vocês, discutindo algumas idéias. É uma satisfação porque muitos dos Professores daqui são nossos conhecidos e, muito mais do que colegas, somos amigos. São pessoas com as quais estamos continuamente conversando sobre vários aspectos educacionais e, assim, já me sinto mais ou menos em casa e, por isso meu agradecimento por poder estar nesta manhã aqui com vocês.

Quero agradecer ainda por poder conversar sobre este assunto, “Estágio”, que me parece um assunto de vital importância na formação de todos os nossos profissionais e que é, muitas vezes também, um aspecto bastante difícil de ser equacionado sob o ponto de vista duma política de educação e também em seu aspecto administrativo-pedagógico. Proponho que então conversar sobre algumas idéias e apresentar algumas reflexões sobre este assunto.

Ao pensar nesta questão, trata-se de saber como é que o estágio integra ou compõe a formação dos nossos profissionais. Aqui temos pessoas que se encontram ligadas à área de Educação, Direito, Medicina, Engenharia, etc., e então vamos pensar inicialmente na formação de nossos profissionais em qualquer área. Para isso, hoje parece que o ponto de partida é refletir sobre o ‘locus’ onde esta atividade profissional se exerce. Quando hoje pensamos em como formar o nosso médico, pensa-se muitas vezes como está sendo o exercício da atividade profissional da Medicina nos respectivos ‘locus’ de trabalho, seja no hospital, no ambulatório, no atendimento do paciente, no Posto de Saúde, etc. Quando vamos pensar na formação do engenheiro, nos perguntamos qual a área em que ele engenheiro irá exercer a sua profissão. Em

primeiro lugar, qual a área da Engenharia em que ele irá atuar: na elétrica, na química, na metalurgia, na mecatrônica, etc., e onde ele irá exercer sua profissão. Então, a questão é o lugar de trabalho, que aponta para a formação que se exige deste profissional.

Assim, parece que hoje o perfil de nosso profissional vem sendo pensado de fora para dentro da Universidade, ou seja, eu vou lá fora, vejo o que está acontecendo, como é que ele está trabalhando, como é a relação dele com quem ele está trabalhando, o que se espera deste perfil, volto para a Universidade, os pesquisadores e especialistas pensam sobre esta questão e discutem como poderíamos estar formando este nosso profissional. Tem-me parecido que este tipo de reflexão tem trazido um dinamismo e um enriquecimento muito grande para os nossos Cursos, diferente de como até há pouco tempo nós fazíamos, onde o ponto de partida para pensar a formação do profissional era só e unicamente o especialista que estava dentro da Universidade. E às vezes nós tínhamos medo de olhar para fora e pensar de fora para dentro, com aquele receio de nos amarrarmos a um mercado de trabalho e voltarmos àquela idéia de que a Universidade estaria se submetendo ao mercado. Parece que hoje estamos mais tranqüilos com relação a este ponto e sabemos que nossa autonomia universitária não se perde pelo fato de nós considerarmos a realidade do lugar onde o nosso aluno vai exercer sua profissão e quais são atualmente as exigências que este perfil profissional apresenta numa sociedade de aprendizagem. Este seria o primeiro aspecto. O segundo, que me parece também bastante dinâmico, é que os princípios da formação profissional, na Universidade, estão hoje decorrendo do que entendemos por 'formação continuada'. Até há pouco tempo, pensávamos assim: todos os profissionais precisam ter uma formação inicial e ela é oferecida pela Universidade e ponto.

Depois que ele se forma aqui e adquiriu esta formação básica, ele vai para a vida profissional e nela irá aplicar os conhecimentos e habilidades que aprendeu na Universidade. Só que sabemos que o que ele aprendeu na Universidade não é suficiente, ele irá precisar continuar fazendo sua formação e a formação continuada, ou 'permanente' como dizem outros, ou contínua, é uma exigência de hoje. E no que consiste esta 'formação contínua'? De acordo com a evolução da sociedade, com a evolução da atividade profissional, de acordo com as carências que vou sentindo dentro desta atividade, eu busco uma 'formação continuada' que às vezes tem o caminho da Especialização, dentro da Universidade, às vezes tem o caminho do Mestrado ou Doutorado e também pode ter

o caminho de 'Workshops', Seminários, simpósios, etc. Só que esta concepção com a qual até há pouco tempo estávamos convivendo está atualmente se modificando, uma vez que estamos percebendo que aquilo que se exige atualmente, na formação 'continuada' de nosso profissional, deveria estar oferecendo pistas para pensarmos a sua formação 'inicial'. Ou seja: os currículos das nossas Universidades e Faculdades parece que precisam ter, na sua revisão e na sua reorganização, elementos provindos desta reflexão e desta discussão: o que é que um profissional, hoje, nesta sociedade em mudança às vezes radical, onde a própria profissão sofre também mudanças, precisa estar aprendendo numa Universidade? Então aquilo que antes se definia apenas como uma 'formação continuada' agora passa a ser considerado como uma formação básica e fundamental de um profissional, oferecendo informações para se pensar o currículo dentro da própria Faculdade.

Desta forma, a formação inicial passaria a ter as cores, as linhas e as perspectivas daquela atividade profissional que estaria em ação. A separação entre 'formação inicial' e 'formação profissional' estaria sendo quase que eliminada, pensando-se que a formação de profissional, conforme atualmente está sendo requerida pela sociedade, é que oferece as pistas para se pensar a sua formação desde o primeiro dia em que ele chega ao seu Curso universitário.

Estes dois aspectos me parecem fundamentais e eu os colocaria mesmo como principais para a nossa reflexão. A título de exemplo, eu me valerei de três situações: uma na área da Medicina, pois existem Faculdades realizando formações de médicos, principalmente nos EUA e em algumas do Brasil, onde tal formação se inicia a partir do primeiro ano do Curso de Medicina. São poucos ainda tais Cursos que adotam este procedimento, visto que a maior parte ainda se organiza de forma tradicional, com as duas primeiras séries oferecendo disciplinas básicas e depois o aluno vai para a enfermagem, vindo então as disciplinas profissionalizantes, etc. Mas já existem Cursos onde o aluno, ao iniciar seu Curso de Medicina, começa a ter atividades como se já estivesse atuando numa atividade profissional. O aluno começa a trabalhar com grandes temas integrados, onde ele tem a parte de observação, no hospital ou no Pronto-Socorro, e onde este 'estar presente' nestas atividades profissionais enriquece e traz uma forma nova de trabalho em sala de aula, atingindo o próprio currículo e as disciplinas.

O mesmo ocorre com a Engenharia, com 3 cursos pilotos oferecidos pela Escola Politécnica, inicialmente em Cubatão seguindo um modelo

universitário de cooperação entre a Universidade e as empresas. Trata-se de um Curso, onde desde a primeira série o aluno já começa a estar presente em diversas firmas e empresas onde poderá exercer, mais tarde, suas atividades como engenheiro. Tais atividades são planejadas e acompanhadas e o aluno traz toda esta realidade para as salas de aula, discutindo-a com os Professores. Agora, a Politécnica irá iniciar um novo currículo para o Curso de Engenharia, onde o aluno, já desde o Vestibular, não entra para esta ou aquela especialidade mas entra no Curso para ser 'Engenheiro' e terá um ano para entrar em contato com as grandes áreas de engenharia, e este não é um contato teórico mas um contato onde o aluno passa um mês em cada uma dessas áreas, e onde irá fazer pequenos projetos para saber como se trabalha nesta área. Ao final do ano fará sua opção, definindo a área de sua escolha e esta opção se repete depois no final da segunda série, etc. Tudo isto baseado em contatos e em atividades ligadas, desde o começo, às atividades profissionais, realidades profissionais e a situações concretas de trabalho, sendo que esta atuação é planejada e organizada, não sendo realizada de forma atabalhoada.

Os Professores envolvidos dão depoimentos de como acontece o amadurecimento deste aluno em termos de responsabilidade de estudo e reflexões que ele traz baseadas em vivências que tem nesta atividade profissional. Na semana passada, eu estava em Belém do Pará, na Universidade da Amazônia, onde foi organizada uma 'Semana Universitária' e me convidaram para fazer, juntamente com o Prof. José Carlos Libânio, de Goiânia, uma série de palestras sobre alguns assuntos que interessavam aos organizadores da referida 'Semana'. Uma destas palestras foi comentar com os Professores um projeto novo que eles pretendem implantar em 1999. É uma proposta de reestruturação do Curso de Pedagogia, sob o título 'Pedagogia, Ciência da Educação'. É interessante perceber que esta proposta está baseada nestes princípios que mencionei há pouco, ou seja, é uma visão do pedagogo que irá se formar como profissional de Educação.

Na perspectiva deles, ele irá se formar nas três habilitações e a partir de contatos com atividades profissionais do pedagogo, desde o primeiro semestre da primeira série. Os alunos têm práticas didáticas, depois o estágio curricular, etc., ou seja, os responsáveis pelo Curso estão trabalhando o currículo em consonância com esta idéia, a do aluno que

está se formando atuando no seu local próprio de trabalho, que, no caso, é a escola.

Esses três exemplos não são coisas tiradas aleatoriamente da cabeça de alguém mas representam princípios que surgem a partir de algumas experiências e de algumas propostas que estão sendo tentadas.

Há um segundo ponto, para a nossa reflexão: o que é que eu entenderia como características básicas e fundamentais na formação de qualquer profissional? Considerando este ponto anterior que eu mencionei, e refletindo sobre a Universidade e a formação de seus profissionais, eu me perguntei quais seriam alguns princípios que pudessem ser princípios básicos para esta formação, pensando numa política de formação de profissionais. E eu vi que, para tanto, seriam importantes três grandes princípios: O primeiro, vejo como fundamental que todo e qualquer profissional possa se formar com o desenvolvimento de sua competência e da sua situação de cidadão. Antes mesmo de pensar em todos os conhecimentos, informações e habilidades que este futuro profissional deve ter, um ponto básico é pensar que nós, na Universidade, temos que cuidar para que os nossos profissionais desenvolvam a sua condição de cidadão. É a questão do desenvolvimento de nossa consciência crítica a respeito da realidade social, econômica, política, cultural, educacional, do nosso país e do nosso povo. Não é possível pensar que o profissional se forme sem desenvolver esta consciência crítica a respeito desta realidade.

O segundo, além de desenvolver esta consciência crítica, é necessário desenvolver também, junto com ela, um compromisso frente aos acontecimentos que estão ocorrendo. Pode ser que alguém me diga que ambas são a mesma coisa e que eu estou repetindo palavras. Teoricamente, pode ser que eu esteja repetindo mas, na prática, tenho encontrado pessoas que possuem uma excelente consciência crítica quando fazem uma análise da realidade, mas quando chega a hora de tomar uma determinada posição perante um acontecimento, esta posição não se toma. Parte-se para uma certa neutralidade científica, ou antropológica, ou sociológica e, no fundo, não se toma posição. Não é possível uma consciência crítica desligada de um posicionamento, que não é apenas um posicionamento intelectual mas que irá trazer conseqüências em termos de ações. A ação é a materialização deste compromisso e desta consciência crítica. Ações que façam com que possamos estar trabalhando e buscando melhoria da qualidade de vida para esta população com a qual nós nos comprometemos, na qual estamos presentes, buscando o

desenvolvimento integral dessas pessoas. E aqui surge também um outro problema, pois muitos de nós conseguem desenvolver uma ótima consciência crítica e muitos de nós conseguem também apresentar a clareza de um posicionamento. Entretanto, muitos de nós também se sentem profundamente ambíguos quando se trata de pensar que ações iremos fazer. A ambigüidade surge ao se estabelecer a seguinte perspectiva: muitos pensam da seguinte maneira: 'ou eu coloco uma ação que seja perfeitamente coerente, radical, com o que eu penso ou então não coloco nenhuma ação'; outros, por sua vez, podem até pensar: 'esta é a minha posição, eu deveria interferir desta ou daquela forma; no entanto, neste quadro, neste contexto, nestas circunstâncias, talvez eu tenha de optar por uma ação imperfeita, que não seja a mais adequada mas que é a única que me compete fazer nesta hora'. E aí eu terei que decidir entre realizar a primeira ação, que talvez não seja a mais coerente nem a mais perfeita, ou então não fazer nenhuma. Ou então precisarei encontrar a posição de descobrir uma alternativa, que não é nem aquela com a qual não compactuo e também não é a que se me apresenta. Deverei descobrir alguma pois, caso contrário, como profissional consciente, irei ficar na teoria e não terei uma ação interveniente numa realidade concreta.

Isto me parece uma característica precisa e fundamental para os nossos profissionais, pois ela é a manifestação concreta do compromisso social de quem teve a chance de poder fazer uma Universidade e agora atuar na sociedade com uma característica diferente: a do profissional que é competente em sua área mas tal competência não lhe tira a condição de cidadão. Precisamos também possuir a capacidade de adaptação crítica ao novo. Esta abertura é necessária porque todos nós estamos sentindo as soluções que estão acontecendo em termos de valores, de crenças, de pensamento, de conhecimento, de tecnologia, e isto ainda não sabemos para onde vai, com a velocidade em que isto se encontra. No entanto, é importante que nosso aluno aprenda a estar aberto para o que está acontecendo e não fechado já em determinados preconceitos ou em idéias de um mundo que talvez já não seja mais aquele que está acontecendo fora da Universidade. Falei em adaptação crítica ao novo: não é porque é novo que é bom, não é porque é novo que é ruim. O que há de novo que aparece que pode ser integrado dentro duma perspectiva profissional e dentro duma ação que pode ser mais competente e, volto a dizer, mais cidadã.

Acho também fundamental que este profissional desenvolva um grande conhecimento dentro duma área de conhecimento.

Estou falando na 'área de conhecimento' e não na 'área de informação', pois a informação é básica, importante, e hoje, mais do que nunca, temos um grande acesso a informações.

Só que o que faço com a informação, como eu a manipulo, como eu trabalho a informação, como eu analiso criticamente as informações, como relaciono as informações, reflito sobre elas e como eu produzo uma reflexão e um pensamento a partir delas - isto é fundamental que aprendamos na Universidade: aprender a conhecer, o que pressupõe aprender a pensar, a refletir, a organizar os pensamentos, a produzir um conhecimento, a dar sentido, enfim, às informações e aos conhecimentos que são produzidos. E não me parece que este seja um elemento tão forte nas nossas Faculdades. Acho que nos empenhamos bastante não com a atualização do conhecimento mas sim com a atualização das informações. O problema é saber como trabalhar com o acesso à informação e com todas as informações de que dispomos atualmente.

Conversando com um grupo de Professores na Universidade de Santos, o assunto girava sobre esta questão de utilização da Internet e da informática para as atividades de sala de aula. Um Professor me disse que, por princípio, não aceitava trabalhos feitos pelos alunos através do computador ou pela Internet. Perguntei a razão pela qual ele recusava tal procedimento e ele me disse que, nesses casos, o aluno se dirige ao computador, se conecta à Internet, clica simplesmente, localiza os assuntos, cola, reúne e entrega o trabalho já organizado. Perguntei a ele como é que, então, ele procedia, e ele me disse que exige trabalho manual, onde o aluno consulta textos, obras e redige o trabalho. Perguntei então se havia alguma diferença entre o que o aluno faz normalmente, que é ir para os livros e revistas e realizar uma mera colagem de textos sobre o tema requerido, copiando-os, com o outro que faz o mesmo pela Internet. O Professor parou, refletiu um pouco, e concordou que não. É que o problema não está na Internet ou na informática e sim na orientação que este aluno deveria receber, no ensino superior, de que, quando se pede um trabalho, a intenção é de que ele produza um conhecimento. Trata-se de saber como é que ele faz para produzir um conhecimento. Não adianta mandar que o aluno produza e sim ajudá-lo a aprender como se reflete e como é que se faz. Assim, o que está faltando não é usar ou não a Internet e sim orientar o aluno para

que ele aprenda a adquirir informações e trabalhar com elas, não importando a fonte. E é isto que é importante aprender na Universidade, mais do que simplesmente receber e devolver informações.

Portanto, é indispensável que o nosso profissional desenvolva essa sua capacidade na área do conhecimento, sendo capaz de relacionar o seu conhecimento com a realidade atual e com a vida atual dele, como profissional, bem como com as pessoas com quem irá trabalhar e com o mundo onde está vivendo.

Não adianta simplesmente dizer que o aluno deve aprender o que está no currículo porque aquilo é importante e um dia ele irá perceber que realmente o é, não. Ou ele percebe que aquilo é de fato importante e tem um relacionamento com sua atividade profissional e com sua realidade de cidadão ou então ele não irá se motivar para aprendê-lo.

Finalmente, chegamos ao terceiro ponto, importante na formação de nossos profissionais: este desenvolvimento não pode ficar apenas na área do conhecimento. Há que se trabalhar também com a formação deste nosso aluno como cidadão e como profissional, na sua inteireza, ou seja, há uma série de habilidades que este profissional precisa desenvolver, sejam habilidades de comunicação, habilidades de buscar informações, habilidades de redigir um trabalho, habilidades de se apresentar em público, habilidades de discutir com profissionais de outras áreas hoje não existe um problema que seja resolvido por apenas um profissional e, então, como é que ele aprende a discutir com outros profissionais? Vejam nas profissões como este relacionamento pessoal é importante e vejam, nos nossos currículos, qual a importância que damos para aperfeiçoar esta habilidade. Além disto, é fundamental que a gente coloque muita força no desenvolvimento de valores e atividades.

Mais do que comentar teoricamente, eu quero trazer três casos à reflexão de vocês: um aconteceu aqui bem perto, em Americana, há alguns meses atrás e vocês certamente leram o fato nos jornais. Houve um encontro de alunos de Direito e os alunos depredaram totalmente o hotel onde se encontravam, jogando televisões e vídeos pela janela.

Quando li esta notícia, pensei: são alunos de Direito e estão depredando uma propriedade. Que tipo de formação de homem, de profissional de Direito, estamos formando se coisas assim acontecem? Poderão dizer que é uma brincadeira, uma brincadeira de grupo, que precisamos compreender, etc.

Não temos que compreender coisíssima nenhuma! É uma atitude irresponsável de alguém que é um irresponsável e cujos valores eu pergunto onde estão. Se não sei respeitar os valores dos outros nesta situação, que tipo de formação estamos dando em nossas Universidades para estes profissionais?

O segundo exemplo fica mais distante: estive trabalhando com engenheiros agrônomos, em Curitiba, e um dos problemas que eles tinham para trabalhar com os alunos era o seguinte: era fundamental para estes a visita às plantações, para verificar os vários produtos. Isto era planejado e organizado, com os produtores colocando os produtos à disposição dos alunos, etc.. Só que acontecia um pequeno problema: em todas as visitas, principalmente quando se tratava de morangos e frutas, os alunos depredavam as plantações! E engenheiros adultos, formandos! Os Professores se perguntavam o que fazer para que este aluno aprenda, ou seja, se torne um cidadão responsável, respeitador dos direitos da propriedade do outro. É que nós, na Universidade, não temos tempo para isto, pois achamos que isto tudo ele já aprendeu no berço. Eu defendo que não, pois continuamos crescendo, nos desenvolvendo, e os valores são as características fundamentais deste ser humano pelo qual nós nos definimos.

Finalmente, o terceiro foi o mais triste e representou uma vergonha para nós, porque ocorreu na nossa PUC de São Paulo: o que aconteceu com aquele aluno numa 'brincadeira' na PUC de Sorocaba, quando um médico formado, que não era Professor da Universidade mas era médico formado e residente e é isto que importa, juntamente com alunos quintanistas e sextanistas, atearam fogo no corpo de um colega! Não tem compreensão para tal coisa, não tem explicação. Na reunião do Conselho Universitário da PUC/São Paulo, o nosso Reitor bateu a mão na mesa e fez a mesma pergunta que eu fiz há pouco: 'Que tipo de médico estamos formando?! Qual é o homem, qual é o tipo de cidadão que estamos preparando?'. Assim, não há que se pensar na formação do profissional parceladamente, preocupando-se apenas se ele tem um bom conhecimento.

Não me importa o bom conhecimento que ele possa ter; se ele foi capaz de ter este gesto, para mim não serve e, no meu modo de ver, ele não tem absolutamente condição para exercer a profissão. Desta forma, este terceiro elemento é fundamental, trabalhar na formação não apenas da área de conhecimento mas também na de habilidades e valores.

Esses três pontos, a formação do cidadão, a formação de conhecimento e a construção de habilidades e valores, eu considero como grandes princípios que poderão orientar a nossa formação. Isto posto, poderão me perguntar o que tudo isto tem a ver com o 'Estágio'. Acontece que eu achei que seria importante colocar estes princípios pois, se eu não o fizesse, vocês não iriam entender o que eu iria propor sobre 'Estágio', visto que ficaria deslocado de um cenário. Portanto, é sobre este quadro de fundo que eu gostaria de refletir com vocês sobre a questão do 'Estágio'.

Em primeiro lugar, trata-se de perguntar como até hoje tais estágios têm acontecido e aqui eu não vou dizer nenhuma novidade, pois vocês conhecem bem as suas realidades e sabem que isto depende muito das Instituições, de quem supervisiona, de como os alunos entendem o 'Estágio'. De um modo geral, eu tenho visto os estágios como algo que é colocado no currículo e, portanto, torna-se algo obrigatório. Em segundo lugar, no estágio o aluno deverá fazer alguma coisa, às vezes com uma supervisão imediata, às vezes com supervisão à distância. Em terceiro, seguramente sempre a fará como atividade de aplicação do que ele aprendeu nas disciplinas teóricas e isto é um ponto importante.

O que eu tenho visto é uma certa reclamação no sentido de poucas condições para se fazer uma supervisão adequada, devido ao número de estagiários, devido existir às vezes apenas um Professor para realizar esta supervisão total e devido principalmente ao relacionamento entre a Universidade e os próprios locais de estágio. Fiquei pensando, então, como seria possível refletir sobre isto, sendo que fui influenciado, em minha reflexão, pelos exemplos que contei a vocês anteriormente. Trabalho bastante com a formação pedagógica de Professores de terceiro grau nos mais diversos Cursos e ao trabalhar com estes profissionais sempre aparecia esta questão do estágio. Assim, foi a partir do meu contato com estas áreas que comecei a elaborar a seguinte idéia: como se poderia fazer um estágio diferente? E é esta idéia que eu procurarei transmitir a vocês, em sete pontos. Não pretendo colocar aqui modelos nem receitas, esperando que vocês os copiem mas apenas trocar com vocês algumas experiências. Em primeiro lugar, eu vejo que é fundamental que o estágio, com este nome ou com outro, contemple a presença do aluno na sua atividade profissional desde a primeira série de seu Curso. Sei que muitos me dizem que o aluno não está preparado para isto; ele deveria receber primeiro uma série de conhecimentos teóricos para depois poder ir ver a prática e analisá-la. Eu entendo que

o fato do aluno, desde a primeira série, estar sendo colocado numa situação do 'locus' profissional de trabalho, faz com que este aluno, desde a primeira série, se sinta tratado na Universidade como um profissional. Ele não é um 'aluninho', alguém que passou no Vestibular, mas um profissional. Além disto, ele irá perceber que coisas importantes que estão sendo estudadas desde a primeira série de seu Curso, nas disciplinas teóricas, são importantes porque ele está vivendo determinadas experiências e está também vendo como é que, na prática, em sua futura atividade profissional, estas disciplinas ou estes conhecimentos são importantes. Ele vai começar a se sentir motivado, mais interessado nas nossas aulas. O amadurecimento do nosso aluno vai se fazer mais rapidamente, sendo que os engenheiros e os médicos aos quais eu me referi afirmam, sem exceção, que é diferente o comportamento do aluno em sala de aula quando ele não tem nenhum contato com sua atividade profissional e quando ele começa a ter atividade profissional e vem com ela para a sala de aula. Em relação à preocupação quanto à preparação do aluno, vale dizer que há uma forma de se aprender e de se trabalhar que é uma forma linear, lógica, segundo a qual se entende que primeiro deveremos ter todos os conhecimentos e princípios para depois irmos para a prática. Entretanto, me parece que poderíamos começar a pensar numa outra forma de aprendizagem, onde na presença e atividade do aluno integrariamos a parte teórica e a parte prática. Teríamos, neste caso, um espaço muito grande, ou seja, não teríamos mais 300 (trezentas) horas de estágio. Teríamos um tempo maior onde os alunos poderiam vivenciar experiências muito mais interessantes, muito mais diversificadas e, principalmente, onde eles veriam coisas acontecendo para as quais precisariam conhecer uma série de questões teóricas que eles precisarão receber em sala de aula. Assim, quando eu chego na sala de aula para aprender 'Filosofia da Educação', ou 'Didática', ou 'Psicologia da Educação', não veria mais estas disciplinas como uma coisa chata e desnecessária que eu preciso conhecer, mas vou me lembrar da aula que eu assisti naquela escola, onde vi um Professor lecionando de um jeito, outro Professor de outro, vi como o aluno daquela escola aprendeu ou não e venho discutir esta situação com o Professor. Vou trazer este material para analisar e, no aspecto de como motivar o aluno para a aula, por exemplo, poderia discutir como os Professores estão conseguindo trabalhar, onde estão suas dificuldades dos mesmos, será que possuímos pistas para resolver estas dificuldades?, e se trabalhássemos desta forma?, um outro autor analisou este problema e apresentou esta proposta, etc.. Desta forma, a parte teórica entra em função do que os alunos observaram e viram.

No segundo ponto, este aluno deveria estar fazendo seu estágio nos diferentes locais onde ele irá estar exercendo sua profissão, quaisquer que sejam eles. Mas nós deveremos escalonar uma presença de estágio ou uma presença de prática pedagógica que vai duma situação mais simples para uma situação mais complexa, onde o aluno irá aprendendo situações diferentes, com um nível de complexidade também diferente. É evidente que isto irá exigir um planejamento para esta dosagem.

Alguém poderá perguntar se será possível colocar o aluno perante um assunto ou estudo de caso mais complicado e eu digo que até pode se, a partir daí, começarmos a trabalhar com esta parte fundamental, com um tempo maior, onde o aluno possa também estar observando situações mais simples.

Será necessário colocar o aluno numa situação onde ele possa acompanhar minimamente o que está acontecendo, o que irá exigir também uma certa preparação para este trabalho, ou seja, se for de observação, de observação; se for de intervenção, de intervenção. Eu não posso simplesmente jogar o aluno nesta situação, ele precisa ser preparado e trazido para a sala de aula, onde ela será discutida e, em função disto, será necessário reorganizar os nossos conteúdos teóricos.

Trata-se duma reconstrução deste trabalho. Alguém poderá me perguntar o que se fará, então, com o currículo e este é o terceiro ponto. Parece-me fundamental que o currículo seja dinâmico e flexível, teoria e prática integradas, disciplinas alteradas em função da prática, conhecimento interdisciplinar, porque a realidade assim é. Portanto, para fazermos um estágio diferenciado, precisaremos ter esta flexibilidade.

Vamos pegar, por exemplo, esta disciplina que eu citei há pouco, 'Didática'. Neste semestre que passou, nós tínhamos planejado esta presença dos alunos nas escolas em dois momentos: o primeiro deles era dirigido para a questão da temática e da motivação e o outro era para discutir o papel do Professor utilizando a informática na sala de aula. Este segundo aspecto, inclusive, foi proposto pelos alunos, uma vez que todo o meu Curso é feito baseado em propostas dos alunos, dentro da área de 'Didática'. Foram então escolhidos estes dois pontos, que eram fundamentais para os alunos poderem ir para as escolas. Mas para isto, eu precisei planejar antes, ou seja: esta atividade vai acontecer no período 'X' e no quê ela irá consistir. A motivação, por exemplo. Então, primeiro será analisada, em classe, a experiência dos alunos em termos de motivação. Depois, como se irá observar os alunos em sala de aula

em relação a esta característica, e para isto será necessário também entrevistar Professores. Para tanto, precisa ser elaborado um roteiro de entrevistas para Professores em termos de motivação. Ao lado disto, deverá ser preparado um relatório de observação e um outro relatório relativo à entrevista. Depois, isto deverá ser trazido à sala de aula e analisado. Então, há duas hipóteses: ou o aluno, ao elaborar o relatório, já poderia estar incluindo a parte teórica e ele deveria contar com este aspecto, à sua disposição; ou, se ele não sentisse esta necessidade, esta parte entraria na parte geral, quando todos os demais alunos apresentassem seus relatórios e eu então, entraria para levantar quais seriam os conhecimentos ou outras informações que pudessem ser importantes para se pensar na motivação em sala de aula. É um currículo planejado, baseado em atividades, buscando uma interdisciplinaridade, mas em função daquela atividade concreta que foi a presença dos alunos naquelas salas de aula.

É diferente de eu chegar na primeira série e simplesmente dizer: O primeiro ponto do meu programa é este, o segundo é este, etc.

O quarto ponto diz respeito a um aspecto que muitos de nós não apreciam muito mas que precisa também ser pensado: em geral, o tempo de estágio é confinado a algumas horas/aula. E aí, quem trabalha e estuda fica sem tempo para realizá-lo. Ou então desejamos realizar alguma atividade de estágio mas o tempo é insuficiente. Então, se partíssemos desta idéia, de que o estágio não é apenas a construção da teoria mas pode e deve ser a construção do conhecimento junto com a prática, ele poderia ocupar horas/aula não apenas daquelas já definidas para tanto, mas também eu poderia utilizar horas normais de minha disciplina para tal atividade também. Quando eu quis que meus alunos preparassem um roteiro de entrevistas e um outro roteiro de observação, percebi que uma grande parte deles não sabia fazer isto. Então, tomamos uma parte das aulas 'teóricas' e organizamos este trabalho com eles, isto é, os alunos discutiram e organizaram, juntamente comigo, ficando prontos finalmente os roteiros de entrevistas e o de observação. A mesma coisa pode ocorrer no momento em que os alunos precisarem elaborar e apresentar seu relatório. Desta forma, é necessário uma certa flexibilidade no uso da hora/aula, o que nos faz pensar a necessidade de redefinirmos os objetivos das aulas. Neste sentido, aula não existe só para o Professor falar e os alunos ouvirem mas também para se fazer leitura, para se discutir, para se fazer relatório, etc.

O quinto ponto diz respeito ao seguinte: só iremos conseguir desenvolver um estágio diferente se fizermos um trabalho de revalorização do

estágio para todas as instâncias para as quais estamos trabalhando. Para eu fazer isto que disse há pouco para vocês, do aluno já poder desde a primeira série estar trabalhando em seu 'locus' profissional, precisaremos revalorizar o estágio, começando sua revalorização dentro da própria Universidade, ou seja, a Instituição entender que o estágio não é uma obrigação pura e simples que ela precisa cumprir, como uma obrigação formal e legal, e sim uma grande oportunidade que ela tem para a formação de seus profissionais, para a formação dos Professores que ela possui em seu Corpo Docente e também para a atualização de seu currículo. Além disto, será necessário entrar em contato com os locais onde o estágio deverá acontecer. Será necessário conscientizar esses locais, que os mesmos não irão carregar um fardo nem suportar um aluno no local. Mas que eles, recebendo os alunos, irão também ter vantagens, ou seja, poderão ter um contato com Professores da Universidade ou realizar um intercâmbio científico entre a Universidade e eles, etc. Por outro lado, o aluno precisa também aprender a valorizar o estágio, reconhecendo que pelo estágio ele é um profissional que, através do estágio, irá aprender a ser um melhor profissional. O nosso aluno não quer realizar estágios, ele não os suporta, porque muitas vezes o estágio representa para ele uma sobrecarga de trabalho. E se ele puder não cumprir o estágio, com alguém assinando por ele, ele fará isto.

É que ele não percebe o quanto poderá aproveitar-se duma atividade de aprendizagem profissional bem estruturada e bem planejada. Assim, o estágio precisará ser valorizado junto ao aluno, necessitando ser igualmente valorizado junto ao profissional que recebe o aluno, mostrando-lhe que o contato com este aluno e com a Universidade é uma forma de 'formação continuada', uma vez que aquilo que o aluno irá discutir com seu Professor, na Universidade, poderá significar uma 'formação continuada' para o Professor que está na escola, auxiliando-o a se aperfeiçoar em sua atividade profissional. Portanto, é possível criar um currículo de 'formação contínua' com as escolas, através do estágio.

O sexto ponto refere-se ao seguinte: para que esta última parte aconteça, é evidente que será necessário pensar-se num sistema diferente de avaliação de estágio. Quero citar o processo de avaliação como processo de 'feedback', portanto de informações, voltado para motivar a aprendizagem, para corrigir falhas e atualizar ou corrigir os currículos da Universidade, auxiliar o Professor que está na escola a se aperfeiçoar - enfim, como o elemento que desencadeia um

aperfeiçoamento para todos os envolvidos no processo. Posso dizer que eu senti a importância disto numa dessas experiências com os alunos do Curso de Engenharia, quando um aluno desse Curso, que se encontrava na primeira série e realizando estágio numa determinada empresa, estava vivendo a experiência com uma organização diferente: o aluno ficava quatro meses 'full-time' na empresa e depois mais quatro meses 'full-time' na Universidade. No primeiro caso, ele tinha um chefe que acompanhava o aluno mas se encontrava ligado ao Professor do aluno na Universidade. E o que acontecia na avaliação? Havia uma auto avaliação, onde o próprio aluno se avaliava, depois era feita uma reunião com o aluno, seu chefe e o Professor presentes, e os três se reuniam para avaliar o desempenho do aluno e dizer o que acontecia na sua atividade dentro da empresa, naquele período. Estas informações eram trazidas depois, no quadrimestre seguinte, para a sala de aula, onde outros alunos também traziam suas vivências em outras empresas e as informações e questões faziam repensar a parte curricular. Desta forma, o próprio processo de avaliação era um processo de motivação e crescimento para todas as pessoas envolvidas.

Por último, eu desejaria dizer que, dentro desta perspectiva, acho que a responsabilidade por esta formação profissional não pode recair só e exclusivamente nas costas de um Professor que é o supervisor de estágio, responsável sozinho por tudo, mas ele precisará ser compartilhado por todos os Professores. Se queremos que o aluno esteja o tempo todo envolvido com sua atividade profissional, se queremos que esta atividade ajude a rever as disciplinas e os conteúdos teóricos, não há razão para não planejarmos os estágios e esses estágios planejados possam ser trabalhados por diversas disciplinas e, portanto, os Professores dessas disciplinas podem perfeitamente estar acompanhando um grupo de alunos maior e subdividido por eles. Desta maneira, teríamos um grupo menor de alunos, acompanhado por um Professor, sendo que isto estaria facilitando esta operacionalização do estágio. Assim, não é mais o supervisor o único responsável por assinar uma ficha mas todos nós, como Professores de disciplinas teóricas, nos tornamos responsáveis pela formação profissional de nosso aluno, naquele sentido mais global que eu coloquei no início.

Vocês me desculpem por eu ter me alongado além do tempo que deveria mas achei que precisaria trazer estas reflexões para vocês e estou disposto, agora, a ouvir reflexões, contrapartidas e posições diferentes. Muito obrigado”.

DIRETRIZES GERAIS: UMA PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO NA UNIVERSIDADE

I - INTRODUÇÃO

O estudo sobre estágio na Universidade, não poderia se dar de forma fragmentada, sem definir o seu “lugar” na formação do graduando.

Como pensar essa formação em uma sociedade que se transforma e cada vez mais, em uma velocidade que desestabiliza qualquer proposta de futuro?

Nesta perspectiva, necessário se faz repensar o ensino de graduação e repensá-lo, neste contexto, é *“assumi-lo em sua complexidade histórica, afastando as concepções ingênuas que teimam em imaginá-lo como algo simples, acabado e homogêneo, uma coisa ou uma idéia(...)”. Repensar o ensino de graduação é, necessariamente, repensar toda a Universidade e suas relações com a sociedade, bem como a política educacional, os projetos de curso, os currículos, os programas, o ensino-aprendizagem, a pesquisa, a estrutura e o funcionamento da Universidade*. (nota de rodapé - Ildeu M. Coelho: **Ensino de Graduação: A lógica da organização do currículo**. 1994, mimeo).

No entanto, este repensar exige da Universidade um outro olhar para o mundo do trabalho, que nos auxilie a superar um conjunto de pré-conceitos, que muitas vezes tem nos impedido de avançar na compreensão e no significado do “locus” onde o graduando irá exercer sua profissão. Conforme Masetto:

“parece que hoje o perfil de nosso profissional vem sendo pensado de fora para dentro da Universidade, ou seja, eu vou lá fora, vejo o que está acontecendo, como é que ele está trabalhando, como é a relação dele com quem ele está trabalhando, o que se espera deste perfil, volto para a Universidade, os pesquisadores e especialistas pensam sobre esta questão e discutem como poderíamos estar formando este nosso profissional. Tem-me parecido que este tipo de reflexão tem trazido um dinamismo e um enriquecimento muito grande para os nossos cursos, diferente de como até há pouco tempo nós fazíamos, onde o ponto de partida para pensar a formação do profissional era só e unicamente o especialista que estava dentro da Universidade. E, às

vezes, nós tínhamos medo de olhar para fora e pensar de fora para dentro, com aquele receio de nos amarrarmos a um mercado de trabalho e voltarmos àquela idéia de que a Universidade estaria se submetendo ao mercado. Parece que hoje estamos mais tranquilos com relação a este ponto e sabemos que nossa autonomia universitária não se perde pelo fato de nós considerarmos a realidade do lugar onde o nosso aluno vai exercer sua profissão e quais são atualmente as exigências que este perfil profissional apresenta numa sociedade de aprendizagem”.

Repensar a graduação na PUC-Campinas tem sido objeto do trabalho desenvolvido no Fórum de Coordenações, através de várias ações desencadeadas, desde 1995, e que têm contribuído para o delineamento de uma política que, aos poucos, vem sendo construída.

Os princípios norteados para repensar a Graduação, foram indicados no documento **Diretrizes para a reestruturação curricular**, que tem servido como parâmetros para as nossas reflexões, quais sejam:

PRINCÍPIOS:

- *“ O curso constitui-se como espaço organizacional do currículo nas dimensões epistemológica, político-institucional, técnico-pedagógica e sócio-econômica, de tal sorte que o **projeto de curso** é a unidade pedagógica de referência.*
- *O currículo em construção reflete uma concepção de ciência que se fundamenta nas práticas de investigação, inseridas em seus contextos histórico-sociais, e busca a construção permanente de conhecimentos.*
- *Na organização curricular, o trabalho coletivo e interdisciplinar é um processo a ser dinamizado pela avaliação contínua.*
- *O currículo deve ser flexibilizado a partir dos objetivos do próprio curso e das possibilidades da Universidade.*
- *A reflexão sobre a prática pedagógica é dinamizadora da construção curricular e parte integrante do processo de formação do professor e do aluno.*
- *A sala de aula é síntese das complexas relações do processo educacional e deve ser objeto permanente de estudo.*

- *A graduação não deve ser entendida como terminalidade da formação”.*

Nesta perspectiva, definir, hoje, o “lugar” do estágio exige, necessariamente, clarear a concepção de conhecimento, de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, de currículo, que vem sendo assumida pela Universidade.

Se a concepção de ensino baseia-se na transmissão de conhecimento, numa visão idealista de ciência, o estágio assume um papel de complementação da formação, o momento de aplicação dos conhecimentos assimilados. Neste sentido, o estágio fica para o final do processo de formação, como apêndice do currículo.

Se considerarmos que o ensino, vai muito além da transmissão de conhecimento, e portanto, que currículo é um *“projeto em construção e que deve refletir uma concepção de ciência que se fundamenta nas práticas de investigação inseridas em contextos históricos-sociais”*, (nota de rodapé: Série Acadêmica nº 4. PUC-Campinas, 1996) o estágio assume um papel fundamental na formação do aluno e do professor e, sobretudo, no projeto de curso.

Neste último sentido, o estágio é **incorporado** ao currículo e passa a fazer parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, do início ao final da graduação, estabelecendo um “canal” de troca entre o **saber acadêmico** e o **saber da experiência**, tornando o processo educativo em algo vivo que se transforma permanentemente, em função de novas exigências e desafios da realidade.

Essa realidade, que é ao mesmo tempo dinâmica e muito complexa, desafia a “ordem” dos currículos fechados e prescritivos e cria, através do estágio, possibilidades de ação criativa e transformadora.

II - ESTÁGIO: HISTÓRICO E CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. CONCEITOS E DEFINIÇÕES SOBRE ESTÁGIO E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

O conceito e as definições curriculares de Estágio nos cursos de graduação da PUC-CAMPINAS, em geral, vêm sendo inspirados nas orientações oriundas da legislação pertinente. Por isto vale buscar o

conceito e as definições de estágio curricular nas leis que regem a matéria.

LDB - Lei 4.024

Nesta lei não há menção explícita ao estágio como exigência curricular para formação profissional de nível superior. No entanto, em consonância com as diretrizes desta lei, vale ressaltar o que diz sobre estágio a lei específica que dispõe sobre o Ensino Superior.

Decreto 5.540/68 de 28/11/68 - Relativa à reforma do Ensino Superior

Embora esta lei ainda não mencione explicitamente o termo 'estágio', ela já propõe modelos de interação entre o processo de formação de profissionais e a comunidade. Nota-se, no entanto, que a diretriz que preside esta interação é de conteúdo desenvolvimentista e cívico: os profissionais em formação deverão imbuir-se de uma consciência de civismo, oferecendo contribuição para o desenvolvimento nacional. Trata-se de um serviço de mão única, sem reflexo na proposta curricular.

Art. 40 - As instituições de Ensino Superior:

- a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento;*
- b) assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos;*
- c) estimularão as atividades que visem à formação cívica considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e de deveres do cidadão e do profissional.*

Art. 41 - *As Universidades deverão criar as funções de monitor para alunos dos cursos de graduação que se submeterem a provas específicas, nas quais demonstrem capacidade de desempenho em atividades técnico-didáticas de determinada disciplina.*

LEI 6.494/77 -Dispondo sobre estágios na formação profissional

Esta Lei institui a possibilidade em empresas privadas e órgãos públicos aceitarem como estagiários alunos regularmente matriculados, freqüentando efetivamente curso de formação profissional, seja de nível superior, seja de nível médio, desde que haja condições de oferecimento de “experiência prática na linha da formação”.

O conceito de estágio presente neste decreto está assim explicitado:

Art. 1º - § 2º Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem a serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural e de relacionamento humano.

Esta Lei cria a figura de ‘estágio curricular’ e estágio como forma de ação comunitária, de uma forma já inovadora, porém sem alterar as concepções de currículo vigentes. A regulamentação desta lei, através do Decreto nº 87.497/82, explicita este conceito de ‘estágio curricular’, da seguinte maneira:

Decreto nº 87.497 (de 18/08/82) Regulamentação dos Estágios

Art. 2º - Considera-se ‘estágio curricular’, para fins deste Decreto, as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas aos estudantes pela participação em situações reais de vida e trabalho no seu meio, sendo realizadas na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino.

Art. 4º - As instituições de ensino regularão a matéria contida neste decreto e disporão sobre:

- a) inserção do estágio curricular na programação didático-pedagógica;
- b) carga horária, duração e jornada de estágio curricular, que não poderá ser inferior a um semestre letivo;
- c) condições imprescindíveis para caracterização e definição dos campos de estágios curriculares;

- d) sistemática de organização, orientação, supervisão e avaliação de estágio curricular.

LDB - LEI 9.394/96

Embora a Nova LDB não mencione explicitamente o papel do estágio na formação profissional, ela abre espaço para uma nova concepção de currículo, com maior flexibilidade de organização das disciplinas e maior interação com o mundo do trabalho, conforme explicitado no artigo 61:

Art. 61 - A formação dos profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

- I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante capacitação em serviço.*
- II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.*

Considerados estes fundamentos como uma orientação para os estágios em licenciatura, a concepção de currículo e de formação profissional altera-se significativamente.

As outras diretrizes da Nova LDB vão na mesma direção. O que permite novas definições para os estágios curriculares, adequando-os as exigências pedagógicas e epistemológicas de relacionar constantemente teoria-prática, tanto como elementos facilitadores do processo de aprendizagem, quanto como estratégia de investigação e construção do conhecimento.

Vale mencionar o princípio assumido pela PUC-Campinas por ocasião da reflexão coletiva sobre diretrizes para organização dos seus currículos de graduação, firmado no documento aprovado pelo CONCEP (07/03/96), então intitulado "Diretrizes para Reestruturações Curriculares":

O currículo em construção reflete uma concepção de ciência que se fundamenta nas práticas de investigação, inseridas em seus contextos histórico-sociais, e busca a construção permanente de conhecimentos.

Nesta perspectiva, as discussões já efetivadas sobre as Diretrizes Curriculares que deverão substituir os currículos mínimos até agora vigentes, bem como os parâmetros colocados no Edital nº 4/97 do CNE, apontam para um movimento no campo educacional que, sem dúvida, amplia a concepção de estágio, redefinindo seu papel na formação do graduando.

2. O ESTÁGIO NAS DEFINIÇÕES DOS CURRÍCULOS MÍNIMOS

- Em geral, os currículos mínimos obedecem ao modelo curricular em que, primeiro figuram as disciplinas básicas ou propedêuticas, consideradas como pré-requisito das disciplinas profissionalizantes.
- Há menções quanto à necessidade de implementação de estágios curriculares como parte da formação profissional. Mas esses estágios nunca ultrapassam o papel de mera ilustração ou aplicação de conteúdos já ensinados na sala de aula.
- O estágio em geral não é praticado como um recurso didático e investigativo, com força indutiva influenciando a escolha de temas e de enfoques teóricos desenvolvidos em sala de aula.
- A concepção de currículo vigente nos currículos mínimos em geral pressupõe uma ordenação lógica *a priori* dos assuntos a serem tratados, quase sempre organizando-se do geral para o particular, do teórico para o prático, do básico para o profissionalizante. Daí a costumeira inflexibilidade do sistema de pré-requisitos, o qual quase sempre coloca os estágios nos últimos anos, definindo-os como elos finais do encadeamento de disciplinas.
- Menção especial deve ser feita ao currículo mínimo de Medicina em que o estágio é proposto como o momento de “o estudante aprender as bases teóricas das especialidades, e, também, participando da rotina dos vários serviços, com responsabilidade crescente”. Em parte, isto talvez se deva à característica do saber médico como um saber clínico de experiência. O fato é que não parece tratar-se de decorrência de uma concepção geral de currículo ou de formação profissional. Como se vê, o próprio currículo mínimo de Medicina sugere que “esses estágios poderão ocorrer no último ano escolar, sob a forma de rodízio por diferentes serviços”.

- Nas licenciaturas, diz o texto do currículo mínimo, “o estágio apresentará sem dúvida melhor rendimento se iniciado quando o ensino de Psicologia da Adolescência, Didática e Administração Escolar estiverem, pelo menos, a meio caminho”. Ou seja, mesmo inovando na organização e nas dinâmicas das disciplinas de Prática de Ensino, o estágio não teve força para interferir na organização do currículo e na formação do professor como um todo, levando em consideração a realidade profissional a que se destina.
- Em geral, os currículos mínimos postulam momento de estágio curricular supervisionado, com um mínimo de seis meses, e realizado junto a serviço ligado ao ramo preferido pelo formando, como *locus* de aplicação das teorias ensinadas, programado para o último ano ou semestre do curso.

3. O ESTÁGIO NA GRADUAÇÃO DA PUC-Campinas

No geral, os currículos dos cursos de graduação da PUC-Campinas obedecem à lógica tradicional que distribui as disciplinas em dois ciclos: básico e profissionalizante.

Nesta concepção de formação profissional marcada pelo ordenamento disciplinar, sem grandes interações entre as disciplinas - o que implica, em muitos casos, superposição e repetição de conteúdos, as práticas de estágio têm sido, quase sempre, programadas para o(s) último(s) ano(s).

Mesmo assim, em alguns cursos, notam-se inovações na lógica da estrutura curricular, no sentido de maior articulação teoria/prática desde os momentos iniciais da formação profissional. A principal implicação desta nova lógica é a dissolução das fronteiras rígidas entre ensino básico e profissionalizante. As disciplinas teóricas caminham com maior integração com as disciplinas de práticas e/ou de serviço em estágio.

Esta maior integração das práticas de estágio no currículo poderia ser interpretada como indicio de uma formação reprodutora dos modelos de atuação profissional vigentes no mundo do trabalho, no sentido de que o estagiário poderia estar espelhando-se nos profissionais junto aos quais estagia.

Esta possibilidade, por menor que seja, reforça a necessidade de maior interdisciplinaridade na sala de aula, entre as disciplinas teóricas e as

disciplinas práticas, ou, simplesmente, entre as dimensões teóricas e práticas dentro de cada disciplina ou campo de estudo.

Reforça, também, a necessidade de acompanhamento efetivo, sob a forma de orientação e/ou supervisão das atividades de estágio, quer no próprio local onde este se realiza, quer na sala de aula, onde se resgatam as vivências para a reflexão e a problematização. Esta poderia ser uma das linhas principais das discussões para a elaboração das diretrizes sobre Estágio na PUC CAMPINAS.

III – A DISCUSSÃO NO FÓRUM DE COORDENAÇÕES DE CURSO

A Coordenação Geral de Graduação, criada em 1997, em continuidade aos trabalhos que o Fórum de Coordenadores de Curso vem desenvolvendo desde 1995, objetivando construir, de forma coletiva, uma Política de Graduação para a Universidade e considerando a necessidade de estabelecermos estratégias de ação mais concretas frente aos problemas já detectados quanto ao desenvolvimento curricular, ou seja - **a fragmentação do currículo, a ausência da articulação teoria/prática**, a necessidade da **formação com pesquisa**, propôs ao Fórum um diagnóstico mais detalhado da grade de disciplinas de cada curso.

Assim, o quadro-síntese da pesquisa-diagnóstico sobre os cursos (vide relatório da 15ª Reunião do Fórum, 21/10/97), apontou alguns indicadores importantes para caminharmos na direção da superação do modelo de graduação vigente, havendo o Fórum priorizado, entre outros, um trabalho mais aprofundado com relação à: **Monitoria, Estágios e Trabalho de Conclusão de Curso**, pelo potencial que oferecem para um trabalho pedagógico mais próximo e efetivo com os alunos, de conseqüências positivas para o desenvolvimento do projeto pedagógico de cada curso.

No que se refere a contextualização do estágio na PUC-Campinas, os dados apresentados pelas Unidades Acadêmicas e discutidos na 15ª Reunião do Fórum de 21/10/97, identificaram:

- *“O estágio como um momento importante de articulação da vida acadêmica com o campo profissional;*
- *necessidade de discussões mais aprofundadas sobre o papel do estágio no desenvolvimento curricular;*

- *necessidade de análise de um conjunto de questões que fazem do estágio um indicador significativo para uma política de graduação*
- *uma diversidade muito grande quanto a distribuição das horas de estágios curriculares, atendendo às exigências dos currículos mínimos dos cursos;*
- *critérios diferentes utilizados pelos cursos para identificação da situação de estágio, alguns cursos consideraram a carga horária de estágio inserida na "carga horária prática" das disciplinas, o que levou a uma distorção dos resultados da planilha geral, portanto uma necessidade de revisão dos mesmos".*

A 20ª Reunião do Fórum de Coordenadores de Curso, ocorrida no dia 19/05/98, realizou uma reflexão sobre a realidade dos estágios em nossa Universidade, objetivando fornecer subsídios para a realização de um Seminário envolvendo toda a Universidade.

Os resultados dessa reflexão podem ser observados na planilha constante no Relatório do Fórum de Coordenações, dos quais destacamos alguns aspectos importantes que nortearam as discussões realizadas no Seminário sobre Estágio:

Aspectos positivos do estágio, que deveriam ser mantidos ou construídos, porque contribuem para um avanço na formação do aluno:

- estágio como eixo do currículo
- estágio como elemento importante na obtenção de emprego para o formando,
- necessidade do estágio permear todo o currículo do curso (de 1ª a última série),
- Importância do acompanhamento docente, sistemático e cotidiano, na atividade de estágio.

Aspectos negativos do estágio, sobre os quais se torna necessário discutir para superá-los:

- Estágio apenas no último ano do curso
- Falta clareza na concepção de estágio
- Necessidade de propiciar visão interdisciplinar na articulação teoria/prática

- Adequação do estágio a uma “nova” concepção de currículo
- Confusões conceituais entre: aula prática, extensão no serviço x estágio, outras atividades
- Ausência de articulação ensino-pesquisa
- Não valorização das experiências vivenciadas, no processo de formação dos alunos
- Estágios considerados apenas como atendimento ao mercado de trabalho

Essas questões nortearam a construção de alguns indicadores propostos para discussão no Seminário de Estágio, realizado no dia 26/10/98:

- Estágio: significado e objetivos
- Diferenças entre estágio e monitoria
- Diferenças entre estágio curricular e extra-curricular
- “Lugar” do estágio na formação do graduando
- Papel da supervisão nas atividades de estágio
- Relação das IES com o setor produtivo, com o mundo do trabalho, com as associações profissionais e órgãos de classe, para que os currículos possam acompanhar as necessidades sociais
- Aspectos comuns às atividades de estágio, em todos os cursos de graduação

O grupo de estudos sobre estágio, nomeado pelo Reitor (portaria nº 087/98), que organizou o Seminário e elaborou o documento em conjunto com o Fórum de Coordenações de Curso e a Coordenadoria Geral de Graduação, foi constituído pelos seguintes professores:

1. Profa. Dalva Maria B. Bedoni - FACECA
2. Profa. Dulce M. de T. S. Miranda - IPF
3. Profa. Eidene Corsi de Arias - FSS
4. Profa. Eliana das Neves Areas - ICE
5. Profa. Mara Salvucci - FEduc
6. Profa. Maria Aparecida Barone - FCM/Med.
7. Prof. Orlando P. Fernandes Filho - FCT
8. Profa. Rosângela M. F. G. da Costa - FCM/Fisioterapia
9. Profa. Silvana Suaiden - ITCR
10. Profa. Zilá Nepomuceno - FAEFI

A partir dos resultados das discussões sobre as questões acima, da palestra proferida pelo Professor Dr. Marcos T. Masetto e das sínteses dos trabalhos de grupo realizados no Seminário, foram identificados os principais eixos que devem nortear as Diretrizes Gerais para as atividades de Estágio, na perspectiva da construção de uma Política de Graduação na PUC-Campinas.

IV - A DISCUSSÃO NO IV SEMINÁRIO

A palestra do Professor Dr. Marcos T. Masetto trouxe importantes subsídios para refletirmos a questão do Estágio, no contexto de um Projeto Pedagógico de Curso e algumas possibilidades de operacionalização dos projetos de estágio, na direção da concepção de currículo que vem sendo trabalhada na PUC-Campinas.

Nesta perspectiva, destacamos os pontos fundamentais de sua intervenção, que revelam a complexidade do ato pedagógico, quando compreendido de maneira articulada.

Como pano de fundo da discussão sobre o tema, destaca-se a necessidade de a graduação trabalhar articuladamente *“a formação do cidadão, a formação de conhecimento e a construção de habilidades e valores”, como princípios norteadores da formação na graduação; assim, “este desenvolvimento não pode ficar apenas na área de conhecimento. Há que se trabalhar também o conhecimento deste nosso aluno como cidadão e como profissional, na sua interessa, ou seja, há uma série de habilidades que este profissional precisa desenvolver, sejam habilidades de comunicação, habilidade de buscar informações, habilidades de redigir um trabalho, habilidades de se apresentar em público, habilidades de discutir com profissionais de outras áreas”*.

Tendo como parâmetro esta visão de formação, foram enfatizados os seguintes pontos para reflexão e discussão:

- Conforme verificamos no próprio histórico a respeito do estágio, e reforçado pelo Professor Marcos T. Masetto, ainda hoje compreende-se o estágio como algo *“colocado” no currículo, como atividade obrigatória, desenvolvida no final do curso, momento considerado privilegiado para “aplicação” dos conhecimentos teóricos aprendidos, “o que é uma forma linear, lógica, segundo a qual se entende que 1º deveremos ter todo os conhecimentos e princípios*

para depois irmos para a prática”, e continua, recomendando: que poderíamos começar a pensar em uma forma de aprendizagem, onde na presença e atividade do aluno integrariamos a parte teórica e a parte prática”, o que sugere um currículo dinâmico e flexível, com possibilidade das disciplinas serem alteradas em função da prática, gerando através do estágio, um conhecimento interdisciplinar, “porque a realidade assim o é”.

- *Enfatiza “uma presença de estágio ou uma presença de prática pedagógica que vai de uma situação mais simples para uma situação mais complexa, onde o aluno irá aprendendo em situações diferentes, com um nível de complexidade também diferente. É evidente que isso irá exigir um planejamento para esta dosagem”. Neste sentido, o planejamento das atividades de estágio precisaria dispor de mais tempo, de tal modo que o planejamento contemple a concepção de que o estágio “pode e deve ser o momento de construção do conhecimento junto com a prática”... “Desta forma, é necessário uma certa flexibilidade no uso da hora/aula, o que nos faz pensar a necessidade de redefinirmos não só objetivos das aulas”, mas também a própria concepção de aula.*
- *Nesta direção, o professor Marcos Masetto enfatiza a necessidade de pensarmos num sistema diferente de avaliação do estágio, de tal modo que este processo atue como “feedback” “voltado para motivar a aprendizagem para corrigir falhas e atualizar ou corrigir os currículos da Universidade, auxiliar o professor que está na escola a se aperfeiçoar - enfim, como o elemento que desencadeia um aperfeiçoamento para todos os envolvidos no processo”.*
- *Nesta nova forma de entender o estágio, ressalta-se a importância do papel do supervisor, “a responsabilidade por esta formação profissional não pode recair só e exclusivamente nas costas de um professor que é o supervisor de estágio, responsável sozinho por tudo, mas ele precisará ser compartilhado por todos os professores. Se queremos que o aluno esteja o tempo todo envolvido com sua atividade profissional, se queremos que esta atividade ajude a rever as disciplinas e os conteúdos teóricos, não há razão para não planejarmos os estágios e esses estágios planejados possam ser trabalhados por diversas disciplinas”.*

Para que isso aconteça “*precisaremos revalorizar o estágio começando sua revalorização dentro da própria Universidade, ou seja, a Instituição entender que o estágio não é uma obrigação pura e simples que ela precisa cumprir, como uma obrigação formal e legal, e sim uma grande oportunidade que ela tem para a formação de seus profissionais para a formação dos Professores que ela possui em seu corpo docente e também para a atualização de seu currículo*”.

O estágio curricular, realizado nessas bases, seria imprescindível para uma formação profissional relevante.

Nesta perspectiva, o estágio deixaria de ser simples cumprimento de tarefa curricular obrigatória, e até as questões referentes à carga horária, disponível para a atividade, passariam para um segundo plano, mais para atender as exigências administrativas, cedendo lugar a formação profissional sob um ponto de vista qualitativo.

No entanto, enfatizamos que embora o estágio possa, a partir desses novos parâmetros, desempenhar um papel estratégico na formação do aluno, é importante reiterar que os conteúdos das disciplinas teriam de, também, alterar-se para acompanhar, de modo efetivo, essa nova concepção de formar profissionais, o que pressupõe uma reformulação nos currículos e programas dos cursos; deve-se ainda aprofundar a discussão sobre os campos de estágio, devendo ao curso repensar sua caracterização frente a estes novos desafios e redefini-los de acordo com o seu Projeto Pedagógico e as Diretrizes Gerais a serem aprovadas.

Cabe ainda registrar que o Seminário, como estratégia para ampliar a participação da comunidade na discussão sobre estágio, atingiu seus objetivos, o que pode ser verificado pelos dados a seguir:

Quadro I - Participação de Docentes e alunos no IV Seminário sobre Currículo - temática Estágio.

nº de participantes nos grupos de trabalho	
professores	71
alunos	30
Total	171

Quadro II - Participação das Unidades Acadêmicas.

nº de cursos de Graduação na PUC-Campinas	38	
nº de cursos representados (alunos e professores)	23	61,4%
nº de unidades acadêmicas representadas	16	80%

Dos trabalhos de grupo participaram 101 professores e alunos, conforme relatório síntese em anexo, destacando-se que dos 171 participantes, 105 fichas de avaliação retornaram, das quais 64 foram de docentes e 41 de alunos.

Vale a pena destacar parte das respostas referentes à questão 7 da ficha de avaliação sobre as sugestões para continuidade da discussão, onde, dentre as mais citadas, estão:

- 37 respostas sugerindo a discussão de estágio por áreas específicas, e 17 solicitando a socialização do documento sobre as Diretrizes com todos os alunos e professores, ampliando a discussão e envolvendo toda a comunidade.

Estas sugestões revelam o quanto a comunidade vem dando respostas positivas às propostas que temos feito com relação às discussões de questões de caráter acadêmico-pedagógico no âmbito da graduação.

EIXOS PRINCIPAIS PRESENTES NAS DISCUSSÕES DO SEMINÁRIO

Os principais eixos que compõem a atividade de estágio, identificados nas discussões realizadas durante o Seminário foram:

- Estágio como parte da formação integral dentro de um projeto curricular;
- Articulação entre teoria e prática;
- Não ignorar as necessidades do mercado de trabalho;
- Buscar a interdisciplinaridade;
- Buscar a articulação entre ensino-pesquisa-extensão;

- Ter como objetivo a construção de um modelo curricular que contemple os desafios da realidade, bem como as possibilidades de intervenção na mesma

Cada um desses eixos se encontra na base do pensamento e da expressão dos participantes das discussões realizadas no Seminário.

A priorização de um deles, não exclui os demais como características possíveis, mas engloba e reforça elementos necessários para o estabelecimento das diretrizes a serem propostas.

Assim, **para pensarmos uma nova forma de estágio para a Universidade**, se torna fundamental considerar *“a atividade de estágio enquanto construção de um modelo curricular que contemple os desafios da realidade, bem como as possibilidades de intervenção na mesma”*.

Desta forma, entendemos o estágio como elemento fundamental que deve permear todo o currículo do curso, da primeira à última série.

V - DIRETRIZES GERAIS: UMA PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO

1. CONCEITUANDO ESTÁGIO

O estágio é uma atividade de caráter pedagógico-profissional, que articula a escola e o mundo do trabalho, o saber acadêmico e o saber da experiência e que integra a estrutura curricular a um projeto educacional amplo.

É o momento privilegiado para a integração teoria-prática, a partir de uma experiência vivida, inserida em um contexto que envolve diferentes visões e dimensões da realidade (social, econômica, política, cultural, psicológica, ética e técnica), possibilitando a formação de um profissional crítico e criativo, em condições de enfrentar desafios.

2. OBJETIVOS GERAIS

- Possibilitar a formação integral do aluno, para que seja capaz de perceber, refletir, agir através da inserção profissional que o leva no

seu cotidiano, à construção do seu saber, suas atitudes e capacidade de julgar e transformar a realidade pessoal, social e profissional.

- Contribuir para o fortalecimento da relação Universidade, Mundo do Trabalho e Sociedade, visando integração e cooperação mútua, procurando superar preconceitos que têm inviabilizado uma aproximação mais produtiva;
- Contribuir para uma abordagem crítica da realidade concreta, permitindo assim a construção de um currículo dinâmico a partir das contribuições oferecidas pelos desafios da prática;
- Favorecer a correlação teórico-prática, possibilitando a integração interdisciplinar dos conteúdos durante o período da graduação, garantindo também, a síntese ensino-pesquisa-extensão;
- Contribuir para a formação contínua e dinâmica, onde o aprofundamento, a atualização, a construção do conhecimento, e o crescimento do aluno e do curso possam estar permanentemente sendo avaliados pela Universidade e mundo de trabalho, tendo em vista a integração e cooperação mútuas.

3. INDICADORES A SEREM CONSIDERADOS PARA ELABORAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS EM CADA CURSO:

1. Favorecer enquanto instância de produção e articulação do conhecimento, um exercício de dupla relação entre Universidade e local de estágio, bem como do exercício de cidadania;
2. Favorecer momentos de um processo de educação permanente, que considere o estágio como elemento fundamental, que deve permear todo o currículo do curso, da primeira à última série;
3. Possibilitar o desenvolvimento de comportamento ético e compromisso profissional, contribuindo para o amadurecimento pessoal e profissional do acadêmico;
4. Propiciar aos alunos o exercício e articulação das habilidades, competência e conhecimentos necessários ao desempenho profissional;
5. Favorecer condições pedagógicas de socialização das diferentes experiências e olhares sobre a realidade observada;

6. Possibilitar a revisão contínua dos objetivos do curso e dos valores do trabalho, garantindo conhecimento através da ação/reflexão/ ação;
7. Motivar o aluno a desenvolver-se como sujeito no mundo profissional e de ser capaz de produzir conhecimento e pesquisa;
8. Possibilitar a construção de um currículo dinâmico e interdisciplinar, que favoreça a materialização do conhecimento a partir da prática.

4. O PAPEL DA SUPERVISÃO NO ESTÁGIO

O papel da supervisão de estágio é fundamental para garantir a efetivação dos objetivos apontados neste documento. Na universidade este papel compete ao docente vinculado à disciplina contemplada no currículo do curso para tal atividade.

A supervisão desta maneira tem uma responsabilidade na revalorização do estágio, na relação da Universidade com o mundo do trabalho e sociedade.

Essa responsabilidade atende a necessidade de possibilitar a avaliação como um processo de formação continuada, atualização e intercâmbio científico e o envolvimento nesta dinâmica de todas as instâncias que intervém na construção de um currículo dinâmico.

Diante dessa abordagem, cabe ao docente-supervisor:

- acompanhar pedagogicamente, o desenvolvimento do aluno diante da atividade de estágio, garantindo uma formação compatível com as necessidades sociais;
- possibilitar espaço de socialização no curso, da experiência de estágio e de
- reflexão crítica sobre a mesma, favorecendo a produção de novos conhecimentos;
- trabalhar as dificuldades e conquistas do aluno, frente aos desafios apresentados pelo mundo de trabalho, no que se refere ao desempenho de habilidades, competências, valores e conhecimento;
- favorecer através da orientação, a articulação ensino/pesquisa/ extensão numa perspectiva interdisciplinar;

- garantir um processo de avaliação contínua da atividade de estágio, que envolva

alunos/professores/profissionais do campo de estágio;

- garantir que o processo de avaliação contínua, favoreça a superação de falhas, a atualização constante de conhecimentos e a motivação do aluno para o exercício positivo da atividade de estágio e consequentemente da profissão;
- orientar o aluno na busca de modelos de ação adequados à realidade do campo de estágio;
- garantir o retorno do relatório do aluno e a transparência de critérios no processo avaliativo.

Tendo em vista a complexidade e a importância do acompanhamento e da supervisão do estágio, sugere-se o aprofundamento das discussões sobre uma eventual ação “colegiada”, que possa envolver os docentes do curso nesta tarefa, compartilhando as responsabilidades e resultados desta atividade curricular.

VI - BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Jane Soares de. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 93, 22-31, maio/95.**
- COELHO, Ildeu M. Ensino de Graduação: A lógica da organização do currículo. 1994, mimeo.**
- MASETTO, Marcos T. A Atividade de Estágio no contexto curricular. PUC-Campinas, transcrição de palestra, outubro/98.**
- RABELLO, Opheliria. Teoria e Prática: Dicotomia in Escola-Empresa: a qualificação pelo Estágio. DAU/Instituto Euvaldo Lodi, Paraná, 1979.**
- ROESH, Sylvia Maria A. Projetos de Estágio do Curso de Administração. S. Paulo: Atlas.**
- Diretrizes para Reestruturação Curricular. Série Acadêmica, n. 4, PUC-Campinas, 1996.**
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 4014 e Decreto 5540/68.

